



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011721-88.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BANCO PAN S.A.**
 Requerido: **José Luis Barbosa**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

BANCO PAN S.A. ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO** contra **JOSÉ LUIS BARBOSA**, alegando, em síntese, ter firmado com o requerido contrato de Cédula de Crédito Bancário com cláusula de alienação fiduciária em garantia, de que foi objeto o bem descrito na petição inicial, no valor de R\$ 10.076,32, a ser resgatado em 36 parcelas. Entretanto, o requerido não cumpriu o acordo, ensejando uma dívida de R\$ 9.275,15, restando caracterizada a mora. Pleiteia a concessão de liminar para busca e apreensão do bem e a procedência da ação, rescindindo-se a avença e a consequente consolidação da propriedade em suas mãos e a condenação do devedor ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Deferida a medida liminar, e efetivada a busca e apreensão do veículo (págs. 71/72), foi o requerido citado, não apresentando defesa.

É o relatório. DECIDO.

O pedido inicial deve ser julgado procedente. O requerido foi regularmente citado e não se insurgiu contra o pedido. Tal comportamento autoriza a aplicação dos efeitos da revelia, haja vista tratar-se de ação de cunho meramente patrimonial. Assim, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, com as consequências que lhes são próprias. Acrescente-se, ainda, que a prova documental apresentada é apta a confirmar as alegações iniciais do autor.

Isso posto **JULGO PROCEDENTE** esta ação de **BANCO PAN S.A.** contra **JOSÉ LUIS BARBOSA**, acolhendo o pedido inicial, tornando definitiva a liminar concedida às págs. 61/62, consolidando em favor do autor os direitos inerentes ao domínio e posse plenos do bem objeto do contrato. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito (art. 487, I, do Código de Processo Civil). Autorizada venda do veículo, com observância do disposto no artigo 2º do Decreto-lei 911/69. Sucumbente, responderá o acionado por eventuais custas processuais em aberto, pelo reembolso das custas dispendidas pelo autor e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

P.R.I.

Araraquara, 12 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**